

PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM SAÚDE E TRABALHO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Maria Elizabeth Barros de Barros¹

RESUMO

Este ensaio visa analisar as articulações entre processos de trabalho e saúde dos profissionais das escolas e identificar como os educadores constroem estratégias para se defenderem da nocividade do seu trabalho. Propõe um programa de formação para o desenvolvimento de uma metodologia de intervenção das condições de trabalho e saúde nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Formação, saúde, trabalho.

ABSTRACT

This study intends to analyze the articulations between the means of work and health of the professionals working in schools and, at the same time, tries to identify how they build up strategies to prevent the harmfulness of their work. This paper also suggests a methodology to interfere in the conditions of work and health in schools.

KEY WORDS: Formation, health, work.

¹Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo

Este ensaio é fruto de algumas reflexões que temos produzido no campo das articulações entre os processos de trabalho em educação e a saúde dos profissionais. O caráter de ensaio decorre do aspecto ainda preliminar desses estudos, uma vez que a relação saúde/trabalho no espaço escolar não se configura como objeto clássico no campo das pesquisas em trabalho e saúde, fica de fora dos programas de formação do educador e é subestimada por muitos pesquisadores no campo da educação. A revisão de bibliografia sobre o tema da saúde dos trabalhadores da escola mostra a enorme carência de pesquisas neste campo.

Entretanto é importante registrar que um movimento no sentido contrário tem se constituído e essa temática passa a ter uma dimensão nacional, o que tem nos levado a debater com pesquisadores e técnicos de outros estados², na perspectiva de confrontação dos dados encontrados e das observações sobre as situações de trabalho e saúde dos docentes. Construir caminhos para melhor nos aproximarmos desse problema, que nos tem sido sinalizado pelos trabalhadores das escolas, passa a ser um desafio.

Nosso projeto nas pesquisas que temos realizado no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Subjetividade e Políticas do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (NEPSP) e no estágio em pós-doutorado no CESTE/ENSP/FIOCRUZ³ busca intervir nessa problemática. Temos a preocupação não só em mostrar como a escola contribui para a produção de sofrimento e adoecimento naqueles que lá trabalham, mas, também, identificar como esses trabalhadores constroem estratégias para se defenderem dessa nocividade. Fazer 'gritar' os modos que têm construído para lidar com a dor e o prazer de ser educador, pois, ao dar visibilidade, ao fazer falar a realidade instituída, abre-se à possibilidade de produção de um novo estado de coisas.

Esse projeto tem se efetivado através de um programa de formação dos educadores que visa o desenvolvimento de uma metodologia de intervenção das condições de trabalho e saúde. Nossa proposta é, portanto, a elaboração de um **programa de formação em saúde e trabalho nas escolas da rede pública com destaque para a análise do trabalho docente.**

² Essa pesquisa compõe os trabalhos de um grupo integrado de pesquisa do qual fazem parte: pesquisadores e técnicos da Fundação Oswaldo Cruz, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Paraíba e Técnicos da Secretaria Municipal de Betim, MG.

³ CESTE – Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana; ENSP – Escola Nacional de Saúde Pública; FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz.

Em pesquisas anteriores (Aragão et al, 2001), abordamos a questão da formação confrontando-a com o lugar historicamente construído como “competência técnica”, atrelada a processos de escolarização e concebida pelo viés acadêmico-escolar, seqüencialmente construído, até que se alcance o “modelo” profissional/pessoal concebido como desejado, esperado e, portanto, natural. Ao acompanhar as linhas que constituem as práticas de formação, deparamo-nos com processos marcados, privilegiadamente, por racionalização, conscientização, tecnicismo e individualização-privatização.

Um dos maiores desafios que se colocam hoje é problematizar os processos de formação que têm constituído as práticas no campo da educação, não só para podermos esboçar novas respostas, como, principalmente, para promover outras perguntas. Perguntar-problematizar acerca desse ‘objeto’ é dessubstancializá-lo, nos convocando a produzir novos sentidos nas diferentes e múltiplas práticas sociais.

Interrogar os processos de formação, portanto, significa indagar acerca de uma certa discursividade sobre eles, percorrendo trilhas que apontam não mais para objetos dados e sujeitos preexistentes, mas para as práticas que os instituem. Essa concepção confronta-se com a idéia de formação como “competência técnica” atrelada a processos de escolarização, remetendo-nos ao exercício de cartografar as múltiplas linhas de sua composição.

Dessa forma, a tarefa que se impõe é desmanchar os territórios de saber-poder que foram construídos na prática educativa sobre a crença de um saber ‘competente’, desistoricizado, “estilhaçando as fôrmas de ação” (Heckert, 1993) e os lugares assépticos dos especialismos, que têm produzido saberes-propriedade apoiados em estratégias homogeneizadoras que excluem a diferença e o múltiplo.

Um trabalho de formação como processo pretende escapar da produção de trabalhadores como mercadorias amorfas, silenciosas e serializadas⁴ e se constituir em espaço de contradições que podem gerar indagações e propostas que possibilitem a criação de novas práticas educacionais. É preciso encontrar pistas e analisar quais delas levam adiante e fazem mudar de caminho, sempre revendo as estratégias anteriores de forma a fazer prosseguir. (Baptista, 2000) e acionar “estratégias que podem engendrar uma outra ‘forma-homem’, ou seja, a construção de práticas sociais que instituem um certo lugar de professor, aluno, pesquisador,

⁴ Serializado: produto feito em série, aquilo que se reproduz como o modelo, o que é igual e/ou homogêneo.

especialistas... Mas é preciso buscar processos de formação para ‘além’ da forma escolar” (Aragão et al, 2001:42) e argüir as práticas que buscam produzir trabalhadores eficientes na “lubrificação das engrenagens capitalistas”, desconstruindo-as.

É nesse sentido que se situam as nossas inquietações, ou seja, interrogar os modos hegemônicos de formação do trabalhador, apostando numa formação que se configure em múltiplas formas de ação, como produção de saberes e de práticas sociais que instituem sujeitos, aprendizados permanentes e não práticas de modelagem, que se constroem sobre especialismos naturalizados.

TEXTO E CONTEXTO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO

O modelo de organização do trabalho e do valor da educação e do educador hoje hegemônico vem acompanhado de um novo quadro de danos à saúde e tem se traduzido em maior sofrimento, o que, algumas vezes, significa fragilização da saúde e, em outras, possibilidade de transformá-lo em criação. A sombra, como nos indicou Nietzsche, é tão necessária quanto a luz, não são adversárias, e quando a luz desaparece a sombra se insinua em seguida.

Os humanos estão em permanente atividade, procuram lutar contra o sofrimento e estão constantemente em combate. Nessa perspectiva, saúde é conquista diária, combate contra as adversidades cotidianas e compromisso que se assume com a realidade, sendo fundamental o papel de cada um e dos grupos que a experimentam, ou seja, de todos aqueles que vivem a experiência de prazer e sofrimento, não é apenas assunto de especialistas. O que predomina no funcionamento humano é a mudança e não a estabilidade e quando se fala em saúde essa variabilidade deve ser considerada.

Nesse sentido ampliado, saúde é concebida como um estado de instabilidade, que possibilita experimentação incessante. É entendida como a possibilidade de colocar em questão as redes de poder, produzir novas perguntas, sem se deixar aprisionar nas tentativas de formulação de modelos idealizados, criando, inventando, ousando movimentos singulares, disruptores. Envolve a dinâmica de sua conquista e preservação, expressando um constante movimento de luta, um incessante jogo de forças.

A doença passa a sinalizar dificuldade de alterar uma situação que agride física e psicologicamente, produzindo insatisfação. É um nada de vontade.

Nesse contexto, o trabalho é elemento fundamental na produção da saúde (e da doença). Entendido como a ação dos homens sobre a realidade, implica a relação entre os humanos, construção coletiva, que os transforma e os produz.

Dar visibilidade às estratégias que os docentes têm encontrado não só para se defenderem de uma organização do trabalho que penaliza e faz sofrer, como para criar outras e mais potentes relações, é apostar na criação de um outro modo-trabalho.

Potencializar essas estratégias é nossa meta, pois, reafirmamos, saúde é mobilização de forças ativas para lutar contra o que faz sofrer, criando e expandindo vida.

Nessa direção, temos como projeto a formação de trabalhadores preparados para intervir de maneira continuada na difusão, prevenção e controle de riscos à saúde relacionados ao trabalho.

Nas intervenções que realizamos temos utilizado o “grupo” como dispositivo analisador e a “Análise Coletiva do Trabalho” como método de abordagem dos sentimentos que o trabalho mobiliza e provoca.

O dispositivo grupal tem uma função estratégica como “modo de interferir sobre os processos de produção de subjetividade contemporâneos, aferrados que se encontram em buscas individuais para problemas coletivos” (Barros, 1994:298).

A estratégia ‘grupo’ pode servir para viabilizar novas montagens nos/para os trabalhadores em educação, desdobrando-se em efeitos para a saúde desses profissionais. Como nos diz Barros (1994), os criadores (do dispositivo) tornam-se criaturas (da própria ação do dispositivo), sendo elas mesmas sujeitos de criação de novos arranjos institucionais. O uso do dispositivo grupal, e a ampliação do seu raio de ação, configura-se, portanto, como rico instrumental nos processos de formação no campo da educação.

A “Análise Coletiva do Trabalho”, muito utilizada nas análises ergonômicas de linhagem francesa, consiste, basicamente, em criar grupos de educadores que devem explicar sua atividade, ou seja, o que fazem no trabalho. A descrição das atividades funciona como um fio condutor da análise, uma vez que ao falar os trabalhadores trazem os diferentes aspectos do trabalho, tanto na dimensão do que potencializa quanto na do que enfraquece e faz sofrer.

A análise do trabalho do educador e suas articulações com a produção de saúde/doença tem sido descartada das propostas de formação (acadêmico-escolar). Incluir essa temática nos programas de formação significa não só considerar que o trabalho não se restringe a seus modos operatórios-técnicos-metodológicos, como também, criar condições para que os conhecimentos gerados pelos trabalhadores possam desencadear ações que alterem o que está em curso no trabalho docente.

Ao se privilegiar questões metodológicas e técnicas do trabalho do educador, ou seja, o que se objetiva nos seus atos e modos operatórios, não se considera seu aspecto processual, sua variabilidade, seu caráter incontornável, inexorável, inesgotável e sempre renovado (Dejours, 1997). O trabalho efetivamente realizado, ocasionado pela ação sobre o mundo, não pode ser reduzido a aspectos operatórios, inclui equívocos, limitações, variabilidade, criação, transgressões e também mobilização subjetiva.

O trabalho real fala, portanto, do que no mundo se faz conhecer por sua resistência ao domínio técnico e ao conhecimento científico, aquilo sobre o qual a técnica fracassa, depois que diferentes recursos da tecnologia foram utilizados. É aquilo que escapa e se torna, por sua vez, um enigma a decifrar.

A análise do trabalho real é sempre um convite a prosseguir na investigação e na descoberta, que logo que dominado pelo conhecimento, faz surgir novos limites de aplicação e de validade, novos desafios ao conhecimento e se apreende, inicialmente, sob a forma de experiência vivida. Logo, incluir esse aspecto nos programas de formação parece-nos ampliar não só a concepção de formação hegemônica nos currículos dos cursos no âmbito da educação, como, principalmente, vislumbrar possibilidades outras de práticas aliançadas ao projeto de transformação do cenário educacional hoje.

Desse modo, nossa escolha metodológica, a pesquisa-intervenção, passa a ser elemento fundamental na perspectiva que adotamos, uma vez que pesquisar, interferir, intervir, produzir interseções, é abrir-se para a circulação do discurso.

No nosso entendimento, a formação dos trabalhadores para a investigação/intervenção na escola conduz não só a uma melhor compreensão desse espaço de trabalho e seus efeitos sobre a saúde dos docentes, mas, principalmente, à invenção de novos modos-educador/educação que se abram para vida, onde ela deseja e possa se fazer.

A presente pesquisa se desenvolveu com os educadores que compõem a diretoria do SINDIUPES (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Espírito Santo), que funcionarão como multiplicadores do processo de formação no restante da rede. Buscamos a construção de uma ‘comunidade ampliada de pesquisa’⁵ que visa a mudanças na situação vivida pelos trabalhadores nas escolas de Vitória.

É possível intervir na situação de nocividade observada nas escolas? Tal nocividade restringe-se às condições de trabalho ou sua organização precisa também ser alterada? Que modos de produção de subjetividade têm se afirmado no contexto das novas formas de trabalho em educação? Como produzir outras que recusem as técnicas de controle e disciplinarização em curso?

Caberia aos sindicalistas apenas denunciar as condições precárias do trabalho dos docentes? Em que medida as práticas do sindicato reafirmam uma forma autoritária e tutelar de gestão hoje dominante no município?

Perseguindo a abertura de espaços de análise para essas questões, foram criadas algumas estratégias que constituíram o seguinte programa de formação:

Fórum de discussões sobre a problemática saúde/trabalho. O primeiro fórum de debates sobre a temática em pauta foi viabilizado com a realização do XVII Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo, onde foram debatidas e analisadas as medidas que têm sido aplicadas à educação no Brasil e no Estado que não têm contemplado os interesses dos trabalhadores da educação. Destacou-se o caráter centralizador que tem criado mecanismos de controle das instituições públicas em todo o país, com destaque para as novas configurações da ação estatal em relação à educação, situando-as no contexto das políticas internacionais que lhes dão suporte.

Uma das atividades do congresso foi o fórum sobre saúde que oportunizou a discussão sobre as relações saúde-trabalho dos docentes. Participaram, aproximadamente, 800 trabalhadores. Nas discussões priorizaram-se os aspectos considerados relevantes no encaminhamento das estratégias de ação para alterar a situação “insatisfatória” das escolas.

⁵ Essa expressão foi criada originalmente por I. Oddone e sua equipe na Itália, quando da construção do modelo operário italiano de luta pela saúde nos ambientes de trabalho.

As propostas surgidas no fórum foram incluídas em relatório e votadas em plenária no final do evento.⁶

Nesse processo, foram sugeridos encaminhamentos e definidas metas para a secretaria de saúde do sindicato na perspectiva de uma intervenção dos professores nos seus espaços de trabalho. Dentre essas metas estão as oficinas de saúde com os professores das escolas com a participação do Centro de Referência do Trabalhador de Vitória.

Buscamos, com esses debates, promover análises que pudessem romper com uma visão intimista e solipsista de saúde, que atribui ao trabalhador e “suas características pessoais”, a responsabilidade pela produção de saúde/doença, e gerar propostas concretas de mudanças na realidade das escolas e nos modos de gestão do trabalho, na direção da construção de novas práticas que favoreçam a produção de saúde. Para o empreendimento de formar trabalhadores para a intervenção nos seus locais de trabalho, nada mais rico que buscar nesses fóruns um espaço de elaboração teórico-conceitual e metodológica a partir da diversidade de experiências dos educadores.

Análise sistemática e detalhada das situações de trabalho e saúde dos docentes. Essa estratégia envolveu a reunião/nucleação de trabalhadores, sob a coordenação dos diretores do sindicato, em torno da problemática da saúde nas condições e organização do trabalho dos profissionais.

O grupo formado por trabalhadores de diferentes escolas reúne-se na sede do SINDIUPES, mensalmente, implementando uma prática de aprendizagem-discussão-ação e operando e desenvolvendo a metodologia de análise das implicações dos profissionais com seu trabalho.

Os encontros com os trabalhadores das escolas, com a parceria do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, têm oportunizado a discussão sobre a situação vivida nas escolas, a situação da saúde/doença dos trabalhadores, destacando-se as condições e a organização do trabalho prejudiciais à comunidade escolar, colocando-se na pauta do movimento da categoria a luta pela saúde. A avaliação dos resultados tem sido efetivada permanentemente pelo coletivo de participantes. Dos conhecimentos e

⁶ A Plenária é órgão máximo soberano no Congresso e tem a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, substituir ou emendar, as conclusões dos grupos.

experiências produzidas, espera-se que sejam vislumbradas possibilidades de formulações coletivas de estratégias de ação.

Os encontros foram divididos em dois grandes grupos temáticos: um em que se discutiu a questão do trabalho docente e o outro em que se abordou a temática da voz como instrumento de trabalho do professor. O uso da voz não faria parte das regras de ofício do professor? Seria a voz um instrumento de trabalho docente? Como utilizá-lo? Como tem sido abordada essa temática nos processos de formação do educador?

Segundo os trabalhadores, a ‘carga de trabalho’ nas escolas tem provocado muito ‘stress’. Para exemplificar esse quadro, afirmam que hoje “o que os meninos trazem para a sala de aula exige muito mais do professor. E nós não fomos formados para isso. Isso provoca um stress brutal! Uma sensação de que não vamos dar conta. O papel do professor está se perdendo, estão misturando as estações”.

Destacam, também, a situação inadequada das salas de aula e o número de alunos por sala: “No ensino médio fundamental tem salas com 40 a 45 alunos e algumas de educação infantil chegam a ter 20 a 25, isso é uma loucura!”.

Com relação aos problemas de voz dos docentes, que vêm aumentando “assustadoramente”, todos afirmavam que o professor não sabe usar a voz: “É igual ao engenheiro que não sabe usar uma planta. Voz é instrumento de trabalho”. “Voz é físico, usou, gastou”. Muitos afirmavam que saber usar a voz é também “economizá-la”. Entretanto, uma professora questionava: “como dosar o uso da voz se o Estado aumentou o tempo de aula?”. Dentre as diferentes ações propositivas apresentadas, uma professora sugeriu que os trabalhadores passassem a reivindicar o uso do microfone em sala de aula.

Definiu-se, também, que deveriam ser convocados outros profissionais para participarem daquelas discussões de forma que se constituísse uma rede ampliada de discussões sobre saúde, num processo multiplicativo de formação permanente.

Esses encontros dispararam, ainda, uma análise das relações do sindicato com a categoria de profissionais da educação. Afirmava-se que pela primeira vez o sindicato “se preocupa realmente com a categoria e não se limita a fazer proselitismo político”.

Mas não seriam essas discussões políticas? O que é fazer política? O que é militância? Como produzir novas relações entre o espaço da escola e o sindicato? O que essas falas analisavam? A instituição sindicato e a

instituição militância foram colocadas em análise. Um novo horizonte de questões começava a se vislumbrar para o trabalho do sindicato.

Oficinas de produção de conhecimento. Nesses encontros, foram debatidas algumas temáticas que poderiam possibilitar problematização e construção de práticas que, ao fazer frente às pressões do trabalho, pudessem reverter as situações ‘adoecedoras’, ou seja, aquelas que dificultam o “poder de tolerância” e a capacidade de transformar/criar outras situações.

Foram realizadas 3 oficinas. A primeira teve como tema as “Comunidades Ampliadas de Pesquisa”. Discutiu-se a importância da palavra do trabalhador no acesso à vivência subjetiva e intersubjetiva do trabalho. Nessa direção de análise, buscou-se afirmar que a pesquisa no campo da saúde/trabalho precisa se efetivar pelo/com os trabalhadores, pois saúde não é um objeto alvo exclusivo dos especialistas.

Nessa oficina a instituição pesquisa e a instituição academia foram colocadas no centro da cena. “*Mas nós podemos fazer pesquisa sem uma preparação para isso? Não somos doutores. Estaremos preparados para essa tarefa? Seremos capazes? Ou somos ‘ratinhos’ da pesquisa de vocês?*”, questionavam.

A idéia de uma comunidade de pesquisa alargada parecia fazer tremer algumas verdades instituídas na academia e no campo das ciências. O que é pesquisar? Quem e o que autoriza a formação de um pesquisador? “*Como fazer? É, nos resta tentar...*” disseram.

A segunda oficina teve como tema o conceito ampliado de “Saúde”. O dizer sim à vida, mesmo em seus problemas mais difíceis e estranhos à vontade de vida, é dizer sim à vontade de saúde, é dizer sim à criação, mas para que o criador exista é necessário sofrimento e transformação. Conforme Nietzsche, vontade de potência é esse querer sem vingança.

Como fazem os educadores para resistir às pressões do trabalho e criar outros modos de fazer educacional? Quais ações podem modificar o sofrimento patogênico e favorecer sua transformação e não sua eliminação? Lembrando mais uma vez Nietzsche, o herói combatente se prepara para a luta e não para a vitória.

A oficina foi analisador importante, pois, contribuiu para o projeto de colocar em questão a concepção de política e militância atualizada na prática dos sindicalistas:

“*Nós não somos assistentes sociais para ficar ouvindo choro de professor. Nosso trabalho tem que ser político*”. “*As questões específicas de*

saúde não são problema nosso, nossa tarefa é política”. “O que será que eles esperam da secretaria de saúde do sindicato? Quando nós a formamos as políticas de saúde eram nossa meta e não assistencialismo”.

Ao problematizar a forma como tradicionalmente vêm trabalhando foram abertas vias para a construção de uma concepção de saúde que envolve seu aspecto de luta constante e, portanto, com uma dimensão, também e principalmente, coletiva.

Iniciou-se um processo de redimensionamento da prática política que têm priorizado. Pois, como nos sinaliza Dejours (1999:39), “Ali onde os sindicatos não queriam se aventurar, patrões e gerentes formulavam novas concepções e introduziam novos métodos concernentes à subjetividade e ao sentido do trabalho”.

Conforme o autor, essa recalcitrância sindical contra a análise da subjetividade e do sofrimento no trabalho fez que tais organizações desqualificassem o discurso sobre o sofrimento. A tolerância à adversidade seria, em grande parte, resultado da política das organizações sindicais. As preocupações do sindicato passam a não mais corresponder à vivência das pessoas no trabalho e, assim, os trabalhadores não se identificam mais com as causas defendidas por suas organizações. Em outras palavras, a fragilidade sindical estaria ligada, pelo menos em parte, a um erro de análise no tocante a esses aspectos. A questão do “fator humano”, do sofrimento psíquico, passou a compor os projetos formulados pela cultura empresarial.

A terceira oficina teve como tema de discussão “O trabalho”. Estaríamos vivendo o fim do trabalho ou o fim de uma certa forma de trabalho – o assalariado- com a produção de outras formas? Qual a diferença entre trabalho-emprego-atividade laboral?

O Trabalho não é só produção de mercadorias e mais-valia, é também a criação de si, de outro mundo e de outras relações sociais. Não há sentido em falar do tempo de trabalho separado do tempo da vida. Por que? Porque toda a vida torna-se produtiva e educativa. Só a escola não basta!

Foi o capitalismo que reduziu o trabalho à forma-emprego fundamentando-se em uma organização do trabalho que se baseia na cooperação, polivalência, flexibilidade, trabalho em equipe, criatividade e autonomia. A cooperação sempre foi, mas hoje é ainda mais central no processo de trabalho. Como criar formas de cooperação distintas dos objetivos da qualidade total, que combina cooperação e individualização? As políticas de trabalho têm que reconhecer a importância da cooperação. Como a cooperação se dá? O que a dificulta? Cooperação se articula com a

participação na gestão política e econômica. Mas gestão teria um sentido apenas administrativo? Como intervir? Como criar novos modos de gestão no trabalho docente?

Por que os professores vêm se fechando nas salas de aula, achando que lá ainda podem fazer alguma coisa? Como a nova organização do trabalho pode ser usada contra ela mesma?

Será a flexibilidade um problema em si? Flexibilidade e polivalência não foram inventadas pelo capital, mas reutilizadas por ele de modo inteligente, logo, cabe-nos inventar modos de nos apropriarmos dessas estratégias na contramão da lógica do capital.

A reestruturação do capitalismo incide na organização do trabalho e as novas formas que vêm se configurando na atualidade dependem cada vez mais da produção de subjetividade, da imaginação, motivação, criação e capacidade de intervenção dos trabalhadores. As lutas dentro da lógica do funcionamento desterritorializado do capitalismo não é igual à luta dentro da ordem (adaptando-se).

Afirmamos que o trabalho docente está sendo desqualificado. Mas não é possível generalizar e totalizar esta afirmação. Quais formas de trabalho docente estão sendo desqualificadas? Quais formas estão sendo qualificadas/validadas? Qual o grau de complexidade do trabalho docente? O que caracteriza essa complexidade? Só analisando o trabalho real dos docentes, as regras de ofício do educador.

A análise das situações de trabalho. Os sindicalistas realizaram observações das escolas da rede municipal e das atividades através de **visitas**, que forneceram subsídios para a análise coletiva. Sempre com a perspectiva de sensibilizar os trabalhadores para a questão das articulações saúde/processos de trabalho, tal estratégia visava à compreensão do espaço escolar em suas múltiplas dimensões.

Com essa finalidade foram construídos alguns eixos metodológicos de análise: a) entrevistar/conversar com os professores, individualmente ou em grupo, de forma a viabilizar que o docente pudesse falar com detalhes sobre sua situação na escola; b) observar atentamente a forma como o trabalho se desenvolve: relação entre professores, entre professores e alunos, entre professores e coordenação e direção, entre professores e serventes; c) observar o espaço de trabalho, ou seja, se a escola é bonita, conservada, se causa mal estar ou prazer frequentá-la, relações com o “em torno” da escola; d) conhecer como a escola encaminha os problemas de adoecimento, o que é feito quando o professor adocece e como alteram as situações que adoecem;

e) analisar a dinâmica do trabalho desenvolvido e as pressões sofridas no trabalho; d) elaborar um “mapa de risco”, ou seja, avaliar o que é prejudicial à saúde naquela escola.

A operacionalização dessa proposta demandava diálogos com os trabalhadores nas escolas. Entretanto, muitas dificuldades se colocaram: entraves burocráticos/formais na nucleação dos professores, ‘falta’ de tempo para conversar, incompatibilidade de horários, descrença nas possibilidades de mudança na situação vivida e fatalismos de várias ordens, que sinalizavam uma visão de essência eterna e imutável das coisas fazendo que se desista de construir uma outra realidade.

Destacam, ainda: salas de aula em péssimas condições, escolas fisicamente destruídas, posturas ‘nihilistas’ (nada de vontade), número excessivo de alunos em sala de aula, muito barulho que faz forçar a voz, escolas mal conservadas, dificuldades de vislumbrar saídas, descrença nas ações do sindicato e desarticulação entre o seu estado de saúde e as políticas educacionais hegemônicas.

Em algumas ocasiões relatavam a dificuldade de se aproximar dos professores devido à sua condição de sindicalistas: “*Quando a gente chama para conversar eles ficam achando que é pra fazer discurso político ou chamar para a assembléia*”. Como criar estratégias de aproximação? Que modos de subjetivação - sindicalista, professor – estão se afirmando?

O depoimento dos educadores apontava para uma predominância dos processos de produção da repetição nas escolas. O desafio para o grupo era instituir modos de trabalho que priorizassem a produção de criação. “*Como fazer?*”, indagavam. A experimentação parece ser uma via fundamental.

Desenvolvimento teórico-metodológico sobre a temática. Outra estratégia utilizada no programa de formação foi a atividade de atualização permanente quanto à bibliografia sobre a temática da pesquisa, envolvendo levantamento e análise de livros e revistas especializadas, assim como dissertações, teses e relatórios de pesquisa. O material selecionado foi distribuído para os educadores e, nos encontros mensais, buscávamos tratar os temas abordados nos textos de forma a articulá-los com o cotidiano das escolas onde trabalham.

Enfim, poderíamos dizer que, durante o processo da pesquisa/intervenção, foi possível interrogar algumas práticas dos sindicalistas, muitas vezes marcadas por ressentimento e tomando o lugar da vontade de ação. As críticas, freqüentemente, não se constituíam em elemento positivo de criação, mas, sim, de reação e alguns movimentos

detinham-se à descrição do real, constatando-o, aceitando o estado de coisas vivenciado como um processo irreversível. Essa postura tem sido um ingrediente muito forte no processo de naturalização da situação experimentada hoje no âmbito das lutas políticas dos educadores da rede de ensino.

“O professor é alienado. Sinto-me exaurida!!! Tudo fica nas nossas costas, pessoal está se lixando. Eles só vêm aqui para se queixar ou pedir socorro quando a coisa está pegando fogo. O movimento está acabando. Esse governo conseguiu desmobilizar.”

Contudo, convocados a pensar suas práticas e a acionar processos de formação do educador que transformem a escola em continente de processualidade, esboçavam, também, movimentos que procuravam identificar os pontos de tensão, as tramas, as relações contraditórias, outras vias de trabalho em educação. Uma atividade crítica sem vingança, rancor ou ressentimento, mas expressão de um modo de existência ativo:

“Seria nosso papel só de denúncia? Será que não estamos levando um modelo ideal de professor e impondo uma sociedade já ideal? A partir do que estamos discutindo aqui, podemos ter outra entrada nas escolas, as pessoas podem perceber que não é delas a culpa da doença. Talvez possamos fazer oficinas nas escolas, criar informativos, diálogo com a direção etc”.

É importante atentarmos para outros movimentos que a situação experimentada no quadro atual do trabalho na escola aciona, obrigando-nos a construir ferramentas de análise/intervenção que não só busquem apreender seus modos de funcionamento, mas também a possibilidade de vislumbrar formas de intervenção sobre os processos em curso, configurando caminhos diferentes daqueles que hoje se estabelecem.

Se a desesperança se expande deixando um rastro de apatia e imobilismo, é nessa trajetória e nesse plano (e não em algum outro que lhe é exterior) que estão sendo produzidos questionamentos ao que está instituído e usinados novos ‘modos-educador’ e novos ‘modos-educação’ que podem ampliar as perspectivas de metamorfose do que se vive hoje nas escolas públicas. É no raio de ação do que tem sido vivido nas escolas que podem emergir novas possibilidades de trabalho.

O desmonte de uma certa formação demanda construção cotidiana. E foi isso que buscamos. Acreditamos que um movimento de pesquisa-intervenção foi disparado. O processo da pesquisa pode agenciar, permanentemente, uma mudança qualitativa importante na luta dos

trabalhadores de escolas de Vitória estendendo-se para outras escolas, não só da rede municipal como também da rede estadual, na medida em que se mostre eficaz como instrumento de transformação do que se revela nocivo para a vida, privilegiando-se a experiência dos trabalhadores.

A formação dos docentes na direção que sinalizamos é fundamental para o projeto de análise da escola, numa perspectiva de elaboração de propostas coletivas de mudanças a serem experimentadas e na criação de formas de trabalho, gestão e produção de saúde.

Os docentes participaram de todas as etapas do processo, pois nossa contribuição, embora necessária, é relativamente limitada. É preciso que ela seja inspirada e controlada pelos próprios trabalhadores, incluindo-se aí tudo o que concerne ao trabalho, suas condições e organização.

Os impactos e os efeitos produzidos pela intervenção têm produzido maior sensibilização acerca da temática saúde e trabalho por parte da comunidade escolar, de sua organização sindical e demais instâncias a ela relacionadas.

Temos observado, também, uma maior disponibilidade para a experimentação de situações que visam a mudança nos ambientes de trabalho nas escolas públicas do ES, na perspectiva de transformações das formas como o trabalho tem se organizado e da gestão de saúde.

As escolas e o processo pedagógico na rede de ensino podem ser fertilizados a partir das novas experiências que começam a se desenhar, tendo como princípio ético/político a construção coletiva de referenciais de intervenção na realidade que se constituam em transformação na lógica institucionalizada. As mudanças que se limitam ao plano burocrático-gerecencial permanecem atreladas ao consumo tecnológico sem interferir na dinâmica escolar e na produção de catalisadores de polifonia.

Acreditamos que a pesquisa relatada tem contribuído para formação de trabalhadores no campo da educação que possam intervir de maneira continuada na difusão, na prevenção e no controle de riscos à saúde relacionados ao trabalho nas escolas e produzir formas outras de relações sociais que possibilitem a construção de modos diferentes de trabalho que possam sustentar a vida em seu movimento de expansão.

Cabe ressaltar, ainda, que os resultados obtidos têm permitido aos docentes maior compreensão das relações entre o processo de trabalho e saúde, segundo avaliação desses mesmos profissionais, o que lhes permite, por exemplo, discutir junto aos demais companheiros e autoridades da

SEME (Secretaria Municipal de Educação) a situação atual da saúde dos docentes da rede, assim como propor estratégias para sua transformação.

Assim, baseados no que já foi possível alcançar até o momento, ou seja, no campo de forças políticas, na gestão e nos projetos pedagógicos que conformam o trabalho dos educadores, consideramos fundamental que se amplie o espectro de pesquisas que visem a formação dos educadores para resistir às tentativas de desqualificação do trabalho docente, que produzem adoecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAGÃO, et al. As sutilezas dos processos de grupo e formação na atualidade. In: ATHAYDE, M. et al. (Org.) *Trabalhar na escola? Só inventando o prazer*. Rio de Janeiro: IPUB, 2001. Cap. 4.
- BAPTISTA, L.A. *A fábrica de interiores: a formação psi em questão*. Niterói: EDUFF, 2000.
- BARROS, Regina D.B.de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – PUC/SP. São Paulo, 1994.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- _____. *O fator humano*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- HECKERT, A. L.C. *A produção dos latifundiários do saber: a formação do psicólogo em questão*. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFF, 1993.